



Todo Petróleo Tem que Ser Nosso





*Por que lutar contra a privatização
desse recurso natural estratégico?*



*Como o petróleo pode contribuir na
construção de uma sociedade justa social
e ambientalmente, em vez de garantir o
enriquecimento predatório de poucos?*



*Que interesses estão em jogo?
De que lado você está: do povo brasileiro
ou das petroleiras multinacionais?*



Todo Petróleo Tem que Ser Nosso

Índice

O que esse tal de petróleo tem a ver com a minha vida?	5
O petróleo e o papel do Brasil no cenário mundial	7
O que significa a descoberta do pré-sal?	9
A Petrobrás deve ser a operadora única de todos os campos do pré-sal	11
Em defesa da Petrobrás 100% estatal, sob controle dos trabalhadores	13
Mais participação social e combate rigoroso à corrupção na Petrobrás	17
O que significa 'conteúdo local'?	19
Refinar é preciso! Fortalecer a petroquímica também!	21
Fracking é grave ameaça ao meio ambiente	23
A sustentabilidade com o desenvolvimento de energias limpas não pode mais esperar	27
O petróleo, a Petrobrás e a geopolítica: entrevista com Paulo Metri	31





PETROBRÁS X PETROBRAS:

nossa Petrobrás é com acento agudo, sim!

Diferente do que você vê nos grandes veículos de comunicação e nos protocolos oficiais da própria companhia, aqui, nessa cartilha, usaremos sempre Petrobrás com acento. A reflexão que queremos despertar logo de cara com essa publicação não é sobre um simples acento ou um erro de grafia. Na verdade, estamos resgatando o debate sobre os projetos políticos escondidos na disputa entre os interesses públicos e privados no setor petrolífero. Acentuar ou não a palavra Petrobrás é uma questão bem mais ampla e estratégica do que parece.

Para quem não sabe ou não se lembra, Petrobrás era acentuada até o início da década de 90. Em 1994, a logomarca foi modificada e a palavra Petrobrás perdeu o acento agudo no brás. A decisão, que contrariou todas as regras ortográficas do português, não foi aleatória. O neoliberalismo impôs ao longo de toda a década de 90 a abertura e internacionalização da Petrobrás. E na língua inglesa, não existe acento.

Em dezembro de 2000, o então presidente da Petrobrás, Henri Reichstul, tentou alterar o nome da empresa para Petrobrax, alegando dificuldades de compreensão por parte dos estrangeiros. Um dos absurdos comentados por Reichstul na época foi que brás lá fora tinha duplo sentido, pois quer dizer sutiãs em inglês!

Do pé da letra, Petrobrás não é sigla e sim um siglema, por ser formado pelas sílabas iniciais de Petróleo Brasileiro e não pelas letras – PB. Portanto, um siglema é uma palavra e como tal deve seguir as normas cultas do português. Petrobrás é oxítona terminada em as, logo deve ser acentuada. Assim como Eletrobrás e Radiobrás, ou ainda Nestlé, que, apesar de ser uma marca internacional, não perdeu a identidade da língua.

O movimento sindical petrolífero voltou a acentuar Petrobrás em fevereiro de 2002, após decisão conjunta com todos os sindicatos da categoria. Há diferenças imensas entre a nossa Petrobrás (com acento na sua grafia) e a Petrobras do mercado (sem acento e que quase virou Petrobrax). A Petrobrás que defendemos é uma empresa 100% pública e estatal, com compromisso social, que valoriza seus trabalhadores e a pesquisa de novas tecnologias, com democracia interna e transparência. A Petrobras do mercado (sem acento) é aquela que aplaudiu o fim do monopólio; que afundou a P-36, matou trabalhadores e provocou os maiores desastres ecológicos que o país já viu; que retalhou a companhia através da Transpetro e da Refap SA; que puniu e perseguiu trabalhadores, investindo em uma política de RH autoritária e discriminatória, entre tantas outras mazelas que ainda hoje encontram eco em parte significativa do corpo gerencial da companhia.

**Fonte: J. Petroleira e APN*



O que esse tal de petróleo tem a ver com a minha vida?

Calma aí! Pra que uma cartilha sobre esse tema? Tem tanto assunto mais interessante pra ler! Tantas coisas mais importantes pra lutar! Temos mais o que fazer do que gastar tempo com isso, né? Será mesmo?! Que tal nos emprestar um pouco da sua atenção pelos próximos minutos? É o seu futuro e o do Brasil que estão em jogo!

Pedimos um pouco da sua atenção para que possamos conversar sobre a importância do petróleo em nossas vidas. Poderíamos falar que todos os meios de transporte, ou praticamente todos, funcionam à base do óleo. Também poderíamos listar os diversos derivados do petróleo, que são combustíveis industriais e de diferentes substâncias que são matérias primas da indústria. Assim, vêm do petróleo os diversos plásticos, fertilizantes, remédios, tintas, cosméticos, resinas, lentes, lubrificantes, asfalto e toda uma infinidade de produtos. Difícil imaginar um ambiente domiciliar ou de trabalho, público ou privado, que não tenha incontáveis produtos vindos do petróleo. Não há um dia em que, do acordar ao adormecer, você não pegue em uma centena de utensílios oriundos do petróleo. A importância desse





recurso natural em nossas vidas é inegável. O Brasil recebeu a dádiva de ter em seu território enormes reservas petrolíferas e desenvolveu a competência para encontrá-las e efetivar a produção. Assim chegamos à autossuficiência em petróleo e, com a descoberta do pré-sal, o nosso país alcançou o seletivo grupo dos maiores produtores do mundo.

Quem se beneficia com essa imensa riqueza nacional? Essa renda gigantesca muda em que a vida do povo? Se há dúvida, é porque as receitas públicas são mal investidas, destinadas para áreas não prioritárias e grande parte ainda se esvai pela corrupção. E não para por aí! Os governantes teimam em entregar nosso petróleo para que empresas privadas explorem. A maior parte do lucro do petróleo foi entregue em leilões para a iniciativa privada, quando a gestão desta riqueza deveria ser entregue a uma empresa do povo brasileiro.

Dia e noite tentam destruir a Petrobrás, ícone de empresa pública bem sucedida e nascida da luta popular. Impressionante como os sucessivos governos minam a companhia, por dentro e por fora: tirando recursos da empresa, obrigando-a a competir em leilões, colocando suas ações no mercado, inclusive no exterior, investindo na terceirização, precarizando as condições de trabalho de seu corpo técnico, indicando gestores corruptos e que se preocupam mais com os lucros dos acionistas do que com o desenvolvimento social do país.

Mas o povo, que tomou as ruas nas décadas de 1940 e 1950, continua hoje sendo chamado a se posicionar. No passado, lutamos pelo petróleo brasileiro e conquistamos o controle pelo Estado brasileiro dessa riqueza, com a criação da Petrobrás. Desde então, muita água rolou. Perdemos sucessivas batalhas para o capital internacional e hoje temos grande parte de nosso petróleo sob o controle privado. Mas, juntos, podemos mudar essa história! Podemos fazer do petróleo uma alavanca de transformação nacional, tanto através da necessária superação dos combustíveis fósseis para energias limpas, como para avançar em projetos emancipatórios na área de educação, saúde, moradia, mobilidade urbana e reforma agrária. A proposta dessa cartilha é entender melhor as questões que envolvem a luta pelo petróleo no Brasil e a extrema necessidade de mobilização popular nesse tema. Boa leitura e vamos à luta!





O petróleo e o papel do Brasil no cenário mundial

Apesar da crise que aflige o país, tendo no epicentro a Petrobrás, um papel de destaque está reservado ao Brasil entre todas as nações. O sistema energético pode entrar em colapso em várias partes do mundo, onde as fontes naturais para produção ou geração de energia são escassas. No Brasil e em poucos outros países, ao contrário, elas são abundantes.

Desde a descoberta do pré-sal, as reservas de petróleo são suficientes para abastecer o país pelo menos nos próximos 50 anos. Há muita especulação no debate sobre fontes geradoras de energia, mas é fato que o petróleo continuará sendo, por muito tempo, a principal fonte da matriz energética mundial. Hoje, representa 59.5% desta matriz, seguida pelo carvão, com 28%, nuclear com 7%, biomassa e hidroelétrica com 3% e 2,5% de fontes como eólica e solar fotovoltaica.

O Brasil é talvez o país do mundo com maior potencial quando o tema é a abundância da diversidade energética. Nosso setor elétrico dispõe de mais de cem gigawatts de capacidade instalada, podendo chegar a muito mais, pois temos no território nacional as seguintes abundantes fontes geradoras:





aproveitamentos hidráulicos remanescentes, gás natural, derivados de petróleo (diesel e óleo combustível), biomassa, energia eólica e solar. A maior capacidade instalada é de energia hidráulica, mas o país já produz respeitável quantitativo de geração a partir de gás natural, biomassa e energia eólica. A biomassa, a eólica e a solar têm a vantagem de serem renováveis.

DADOS DEMOGRÁFICOS

Em 1900, a população mundial era de 1 bilhão e 700 milhões de habitantes. A principal fonte de energia, desde a primeira fase da Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII, era o carvão. A partir de 1900 entrou em cena a eletricidade. Logo o petróleo deslocaria o carvão, possibilitando profundas transformações, com a mobilidade no transporte de pessoas e mercadorias.

Hoje somos sete bilhões de habitantes no mundo. No Brasil, dados do IBGE indicam que a população está em torno de 201 milhões. As previsões são de que o país chegará a pouco mais de 218 milhões em 2042 e, a partir daí, entraria em declínio.

Atualmente, o petróleo, a biomassa (bagaço de cana, álcool, lenha e carvão vegetal) e a energia hidráulica são nossas principais fontes de energia. A Petrobrás liderou a descoberta do pré-sal, após o Plano Estratégico de 2003. Hoje produz 700 mil barris/dia de óleo de boa qualidade, só nesta região.

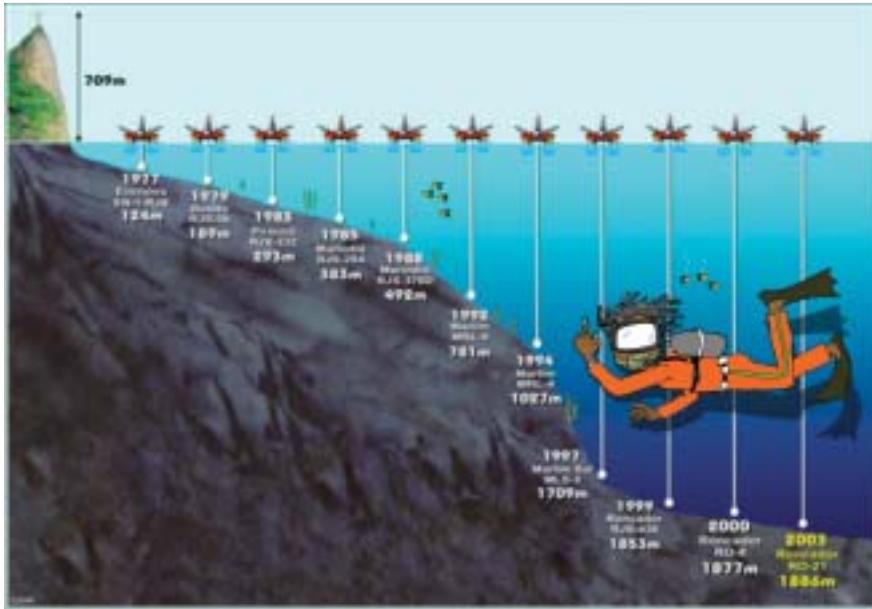
O pré-sal constitui uma das três grandes fronteiras de reservas do mundo. São 60 bilhões de barris comprovados, podendo chegar a 340 bilhões, passíveis de comprovação.

Já a enorme capacidade instalada no setor hidroelétrico foi liderada, sobretudo, pela Eletrobras, Furnas, Chesf, Eletronorte, Cemig e Cesp (empresas estatais). A energia era distribuída por empresas estaduais. Hoje, a Cesp e muitas empresas de distribuição foram privatizadas.

O Brasil consome 2,2 milhões de barris/dia e produz basicamente o que consome. Alguns derivados ainda são importados, devido ao atraso na construção de refinarias. Em breve, graças ao pré-sal, a produção estará muito acima do consumo, com ênfase nas exportações. Teremos um potencial energético invejável, em relação ao resto do mundo.

O Brasil tem tudo para exercer liderança mundial no setor de energia. Que tal atuar em favor da felicidade de todos os seres vivos e não limitar-se aos interesses mesquinhos das minorias privilegiadas?





O que significa a descoberta do pré-sal?

A Petrobrás vem realizando pesquisas geológicas há mais de 30 anos. Com o aperfeiçoamento de novos instrumentos geofísicos, os técnicos da Petrobrás puderam comprovar a existência do pré-sal. Se dependesse de alguns governos, a festa do pré-sal seria em Dallas (Estados Unidos), em Aberdeen (Reino Unido) ou em outra cidade-sede de grande petrolífera.

Os militares abriram o Brasil aos “contratos de risco”, o que, lamentavelmente, também foi uma quebra do monopólio, porém se nos leilões da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) são oferecidas áreas em que a companhia já identificou a existência do petróleo, nos contratos de risco as empresas começavam do zero. Não é à toa que em 14 anos (1975-1988) foram celebrados 243 contratos de risco com as maiores e mais experientes empresas do mundo, porém nenhuma descoberta substancial foi concretizada. Na época, os técnicos da companhia alertaram o governo solicitando que uma área do país, muito promissora, ficasse de fora dos contratos e continuasse com a Petrobrás. O governo concordou. Essa área

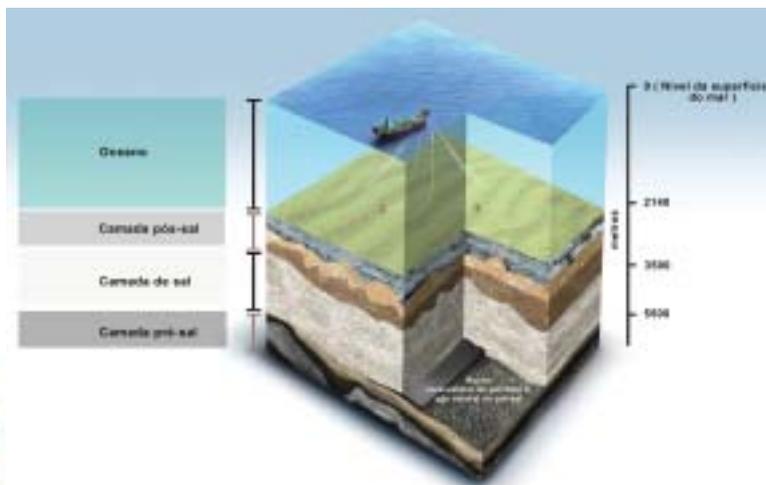




era a Bacia de Campos, responsável por cerca de 70% da produção atual de petróleo.

A Petrobrás desenvolveu tecnologia inédita no mundo para chegar ao pré-sal. O primeiro furo, com 2.000 metros de lâmina d'água e com profundidade no solo de 5.000 metros, atravessando uma camada de sal de até dois mil metros, teve um custo de US\$ 250 milhões de dólares e aconteceu no campo de Tupi. Descoberto em novembro de 2007, nesse campo foram constatadas reservas estimadas entre 5 a 8 bilhões de barris de petróleo de boa qualidade, além de gás natural. Para se ter uma ideia da importância dessa descoberta, graças à atuação da Petrobrás, nos seus 61 anos, o Brasil possui reservas na casa dos 14 bilhões de barris de óleo equivalente (dados de 2014).

O pré-sal produziu 700 mil barris por dia em 2014, o suficiente para abastecer, segundo o Index Mundi, países como Paraguai, Peru e Colômbia juntos. As mega reservas descobertas na costa brasileira farão do nosso país uma das três maiores nações petrolíferas do mundo. A sociedade brasileira deseja que a produção do pré-sal se dê conforme a necessidade de consumo da nossa população.





A Petrobrás deve ser a operadora única de todos os campos do pré-sal

A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, também conhecida como “Lei da Partilha”, em seu art. 2º, inciso VI, estabelece a Petrobrás como operadora única, quando define: “operador: a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção”.

Por esse dispositivo, a Petrobrás é operadora única do pré-sal. Esse instrumento legal é importante para garantir empregos de qualidade e renda, através de concurso público para os brasileiros. A empresa operadora, em qualquer consórcio, decide sobre as compras do empreendimento. A Petrobrás, sendo a operadora, irá comprar muito no Brasil. Sob o aspecto da segurança, como operadora, ela evita desastres ambientais. Sendo operadora, ela deterá o controle técnico, o que faz sentido porque a tecnologia





do pré-sal e já é 100% da Petrobrás. Além do que, um setor estratégico para o país como o petróleo deve ter sua principal reserva, sendo operada por uma empresa pública, controlada pela sociedade. E o lucro dessa mega operação precisa ser público também. Essa renda deve atender o povo brasileiro e não o bolso de poucos donos e gestores de petroleiras multinacionais.

Lamentavelmente dentro da própria empresa, do Congresso Nacional e da sociedade existem grupos que se opõem à Petrobrás como Operadora Única do pré-sal. Mas o movimento social está atento e mobilizado pela volta do monopólio do petróleo e para combater qualquer tentativa de repassar para empresas privadas nacionais ou estrangeiras a operação do pré-sal.





Em defesa da Petrobrás 100% estatal, sob controle dos trabalhadores

Após a campanha “O Petróleo é Nosso!” e a imensa mobilização do povo brasileiro, o Congresso Nacional, aprovou, em 1953, a Lei 2004 que instituiu o Monopólio Estatal do Petróleo e criou a Petrobrás para gerir as atividades petrolíferas no país: exploração, produção, refino, transporte e petroquímica. A Petrobrás, em seus 61 anos, correspondeu plenamente à expectativa do povo brasileiro. Além de descobrir, produzir e refinar petróleo, garantiu o abastecimento de combustível do Brasil, com menores custos para o consumidor. No país, figura como uma das protagonistas na pesquisa de novas fontes de energia. Paga seus impostos em dia e se autofinancia. A Petrobrás sempre foi a empresa que mais investiu no Brasil. Nas décadas de 1970 e 1980, chegou a dar aval para que o governo conseguisse empréstimos externos. Além dos inúmeros programas sociais que patrocina, a companhia, através de seus impostos e investimentos, responde por 75% das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).





“Os inimigos da Petrobrás não desistem nunca” – dizia Maria Augusta Tibiriçá, uma das coordenadoras da campanha “O Petróleo é nosso!”, em 1940-1950. No ano de 1997, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) acabou com o Monopólio da União sobre o petróleo. Dito e feito. O mercado brasileiro abriu suas portas para o capital estrangeiro e cerca de 35 empresas já se instalaram no país. Enquanto isso, a companhia nacional continuava realizando importantes descobertas de jazidas de petróleo e nenhuma empresa multinacional fez qualquer descoberta significativa.

Com a corrupção exposta em 2013 na Petrobrás, órgãos da imprensa fomentam a privatização da empresa, sugerindo que isso seria o melhor remédio para o país. Não é verdade! Esse absurdo seria como “jogar a água suja da bacia, junto com o bebê”.

Privatização não é a solução. A Petrobrás é uma empresa lucrativa e vem produzindo cada vez mais: refinando e distribuindo, se fortalecendo economicamente e lidando com as pressões financeiras que lhe são impostas. Embora sendo uma empresa de capital misto, grande parte da sua arrecadação vai para os cofres públicos e financia muitos projetos. Caso se tornasse 100% estatal e fosse controlada pelo povo trabalhador poderia ser muito mais benéfica aos brasileiros. Privatizar é ir na contramão disso, entregando todo lucro para os grandes empresários das multinacionais. Dinheiro que poderia ser destinado, por exemplo, para educação e saúde públicas.

Os gestores privados também estão longe de ser exemplos de ética. O corruptor, em todas as denúncias publicizadas, é sempre um ente privado. Alguém já ouviu falar de corruptor estatal? O agente ativo da corrupção, aquele que corrompe, é tão corrupto quanto o agente passivo da corrupção. No caso da Petrobrás, funcionários do Estado a serviço de interesses privados, seus e de megaempresários. Todo este custo da corrupção, seja pública ou privada, recai nas costas dos trabalhadores.

Como empresa estatal, a Petrobrás investe milhões em pesquisas, nos esportes, na cultura, etc. Se fosse privatizada, todo esse investimento seria destinado apenas às atividades lucrativas e não necessariamente às áreas mais importantes para o povo. Precisamos ampliar a participação social na empresa para que a população possa influir na definição das prioridades de investimentos.

Um exemplo da relevância do caráter estatal da Petrobrás é a exploração em águas profundas. Nos anos de 1980, a companhia aceitou o desafio de explorar petróleo abaixo de 500 metros, um feito inédito. Num gesto de ousadia, o Brasil desenvolveu a tecnologia que a permitiu explorar em



14





águas de até mil metros de profundidade. A Petrobrás possui a mais avançada tecnologia em exploração e extração de petróleo. Nem mesmo Exxon, Chevron ou Shell se equiparam. Privatizar a Petrobrás é oferecer ao mercado privado o patrimônio conquistado através do pagamento de nossos impostos.

A sociedade exige que todos os corruptos e corruptores da Petrobrás e demais empresas públicas e privadas sejam punidos com o rigor da lei e que o dinheiro roubado seja devolvido. O governo do PSDB não conseguiu privatizar a Petrobrás, mudar o nome da Empresa para Petrobrax, mas “quebrou” o monopólio, vendeu cerca de 40% das ações da companhia na Bolsa de Nova Iorque, a preços aviltados, criou a ANP e instituiu os leilões de petróleo. Assim como é verdade que os governos de Lula e Dilma deram continuidade ao processo de privatização do petróleo brasileiro. Os petistas, inclusive, já fizeram mais leilões que os tucanos e foram os responsáveis pela maior privatização da história do Brasil, com a licitação do campo de Libra, no pré-sal. Queremos a volta do monopólio e o controle público da Petrobrás.

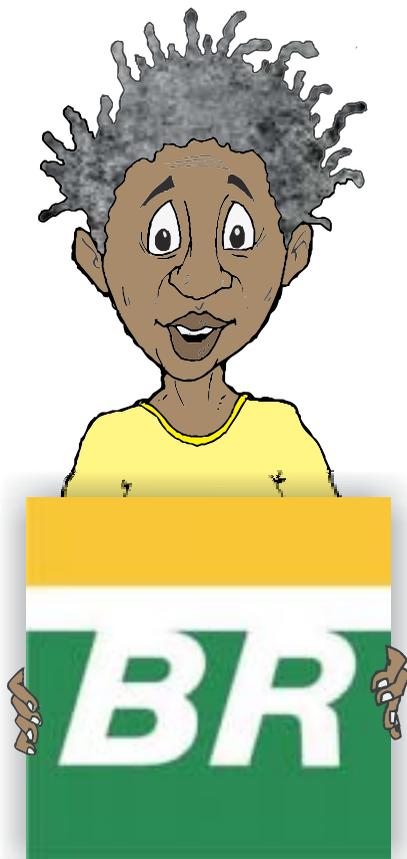




Foto: Samuel Tosta





Mais participação social e combate rigoroso à corrupção na Petrobrás

A corrupção é sistêmica e só a enfrentaremos de verdade estatizando a Petrobrás e criando uma empresa pública de projetos de engenharia e construção pesada, para substituir as empreiteiras privadas. É fundamental desenvolver rigorosos e permanentes mecanismos de controle sobre a empresa por parte dos trabalhadores e do povo brasileiro. Só numa empresa estatal o controle popular é possível!

Defendemos a ampliação da democracia interna, para que os trabalhadores da empresa assumam poder decisório nos rumos da companhia. Com certeza seria um mecanismo valioso contra a corrupção, reduzindo o espaço dos apadrinhados políticos dos governantes. Além da Petrobrás 100% estatal, a empresa precisa ser controlada pela sociedade, estar conectada a espaços de efetiva participação popular e deve, cada vez mais, orientar sua atuação em benefício dos interesses do povo.





A campanha “Todo Petróleo Tem que Ser Nosso” levanta as seguintes bandeiras:

- Em defesa da Petrobrás 100% estatal!
- Prisão e confisco dos bens de corruptos e corruptores!
- Abaixo a propaganda privatista da velha direita
- Em defesa da Petrobrás e seus empregados
- Pela volta do Monopólio!
- Petrobrás 100% estatal e pública sob controle dos trabalhadores e do povo brasileiro
- Fim da terceirização
- Abertura dos livros de todas as empresas estatais ou que trabalham para estatais
- Transparência de verdade - acesso a todas as fases e valores dos contratos
- Investigação rigorosa de todos os desvios e suspeitas, levada a cabo por movimentos sociais independentes
- Criação de uma empresa pública de projetos de engenharia e construção pesada para substituir as empreiteiras privadas, que são as grandes responsáveis pela corrupção
- Confisco dos bens de corruptos e corruptores
- Estabilidade para fiscais de contrato e qualquer trabalhador que denunciar fraudes
- Proibição de demissões nas empreiteiras envolvidas
- Eleição dos gerentes pelos trabalhadores do setor. Eleição dos Executivos por Conselho de Representantes dos trabalhadores brasileiros.





O que significa 'conteúdo Local'?

Desde que iniciou suas atividades, a Petrobrás incentivou e apoiou a indústria nacional a se desenvolver para fornecer materiais e equipamentos para o setor petrolífero. Com a “quebra” do monopólio, em 1997 (Lei 9478/97), cerca de cinco mil indústrias no país faliram por não suportar a concorrência externa: o governo FHC criou uma lei que isentava as empresas estrangeiras do pagamento de impostos (Repetro).

A Lei nº 12351/10, a conhecida "Lei da Partilha", restabelece o conteúdo local. Esse é um dos mais importantes dispositivos da lei do pré-sal. Ela prevê que o conteúdo local, ou seja, a parcela de engenharia, equipamentos, materiais, construções e montagens comprados no país, é um dos itens constitutivos dos contratos e varia entre 50% e 60%. Explicando melhor, o índice de conteúdo local apresentado pelo empresário no processo licitatório é um dos fatores determinantes para a vitória no leilão da ANP. O conteúdo local proporciona que a cadeia produtiva do petróleo se desenvolva no país





e os trabalhadores se integrem e se apropriem dos conhecimentos e novas tecnologias. Gera renda e melhora a arrecadação de impostos para União, Estados e Municípios, multiplicando empregos.

Mas a presidente da Petrobrás, Maria das Graças Foster, em entrevista a o Globo, em 17/03/14, se pronunciou de forma triste: “não é possível fazer tudo (no Brasil). Mais do que isso, a Petrobrás não pode esperar”. Essa declaração lastimável é uma forma de burlar o conteúdo local, impondo uma velocidade desnecessária à indústria do petróleo. O Brasil é autossuficiente na produção de petróleo. A velocidade imposta pela presidenta da companhia só interessa aos estrangeiros, aliás, não acreditamos em ingenuidade nessa atitude. Foster, na presidência da Petrobrás, e Magda Chambriard, na diretoria Geral da ANP, ambas colocadas pela presidenta Dilma Rousseff, compõem a dupla de raposas cuidando do galinheiro.

Se não fosse a Petrobrás, dificilmente alguns segmentos da indústria brasileira teriam conseguido avançar. A empresa sempre priorizou compras nacionais e alavancou inovações tecnológicas. Em 1970, instalou o Centro de Pesquisas, CENPES, no campi da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Ilha do Fundão, no Rio.





Mobilização dos trabalhadores do Comperj em Itaboraí - RJ

Refinar é preciso! Fortalecer a petroquímica também!

É inaceitável que o Brasil continue se comportando como mero produtor de matérias-primas e comprador dos produtos industrializados. Isso é o que acontece hoje com no setor petróleo nacional. Produzimos óleo cru e compramos seus derivados, pagando bem mais caro. Essa lógica precisa mudar e para isso precisamos de investimentos pesados em refinarias. Na última década, esse cenário começou a mudar. Essa talvez seja a parte mais importante das realizações da Petrobrás.

Depois de cerca de 40 anos, a empresa voltou a construir refinarias e retomar seu braço petroquímico, que fora compartilhado com o capital privado por obra do regime militar e foi totalmente entregue pelos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. As três refinarias que estão sendo construídas pela Petrobrás têm uma grande importância estratégica para o país. As refinarias do Ceará, do Maranhão e de Pernambuco, vão ter um papel fundamental para o desenvolvimento de uma região desassistida, o nordeste brasileiro, gerando emprego e renda e também garantindo impostos para União, estados e municípios. Junto com a retomada da



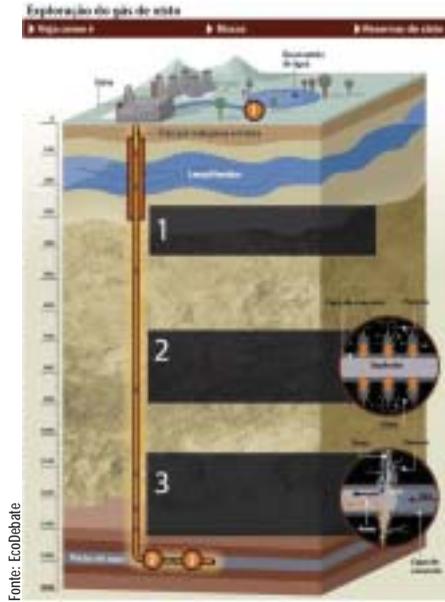


petroquímica pela construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj, em Itaboraí - RJ, vamos alavancar o Produto Interno Bruto do país. Se a Petrobrás já representa 10% do PIB, imagina com essas três refinarias, o Comperj e o pré-sal.

Vale ressaltar que a indústria petroquímica é o filé mignon da indústria do petróleo. Cerca de 3000 produtos são derivados petroquímicos, muitos matérias primas de eletroeletrônicos (tablet, celulares, notebook etc) até os materiais plásticos, tênis, produtos farmacêuticos etc.

Na prospecção de petróleo e gás, o risco é permanente, pois um poço perfurado em terra ou no mar pode dar seco (ausência de petróleo e gás) ou em quantidade não comercial. Já no refino o lucro é certo. Os entreguistas e os neoliberais estão usando a tese do superfaturamento das obras e a ausência de capacidade financeira da Petrobrás para paralisá-las. Essas teses não têm a menor sustentação. Em relação à primeira, embora seja notório os desvios e superfaturamentos em obras públicas, devemos combater isso de forma eficaz, responsabilizando corruptos e corruptores e ampliando a participação popular. Não podemos, entretanto, garantido todos os devidos processos punitivos, éticos e legais, deixar de promover a construção de estruturas e equipamentos públicos necessários para o país. A outra falácia que precisa ser desmentida é a dita "falta de capacidade financeira da Petrobrás". A companhia brasileira alcançou a marca de maior produtora de óleo do mundo. Uma empresa desse nível internacional e que detém tantas reservas valiosas de petróleo e gás tem acesso, além da sua mega receita própria, a fontes de financiamento em qualquer ponto do globo terrestre. Todas essas leviandades são colocadas para fortalecer o discurso da necessidade de privatização do refino. Não podemos abrir mão de que esse setor altamente lucrativo esteja sob controle público e que sua riqueza venha para ajudar na resolução dos graves problemas sociais de nosso povo. É preciso ficarmos atentos para impedir essas manobras. O que não podemos fazer é retroceder nessa política tão necessária para o desenvolvimento nacional!





Fracking é grave ameaça ao meio ambiente

Agora não se trata apenas de uma ameaça à soberania nacional, em parte já concretizada com a entrega de grande parte do petróleo de Libra ao capital estrangeiro: 60% do consórcio do maior poço do país ficará nas mãos da Shell, Total e empresas chinesas. Apenas os outros 40% vão para a Petrobrás. O leilão realizado pela ANP em 28 de novembro de 2013, no Rio, incluiu também a exploração do gás pelo método do fracking, expondo o país a sérios riscos ambientais.

Na Europa, nos Estados Unidos e na Argentina já existem campanhas populares denunciando os problemas ambientais que resultam da exploração do do chamado de “gás de xisto”. A técnica utilizada para a retirada do gás, denominada fracking (fratura de rochas) provoca a contaminação dos mananciais de água potável e até acomodações no solo. Em nota pública, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) alertou sobre os riscos e pediu a suspensão do leilão. Foi constatada a ameaça concreta aos aquíferos. Na contramão da vontade popular, o governo Dilma montou um aparato de guerra para garantir a realização dos leilões, tanto do pré-sal quanto do “gás de xisto”.





CIENTISTAS ALERTAM SOBRE OS RISCOS DO FRACKING

À frente da SBPC e da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Helena Bonciani Nader e Jacob Palis pediram em carta à presidenta Dilma a suspensão das licitações das áreas de “gás de xisto”, na 12ª Rodada, por um período suficiente para aprofundar os estudos realizados pelas instituições científicas e tecnológicas públicas do país. Querem ter certeza da real potencialidade da utilização da fratura hidráulica das rochas para obter o polêmico gás e, também, sobre os possíveis prejuízos ambientais provocados por sua exploração.

A comunidade científica adverte que falta conhecimento das características petrográficas, estruturais e geomecânicas das rochas consideradas para o cálculo das reservas brasileiras do “shale gas” – informação que altera significativamente a relação custo/benefício da extração do produto. Os cientistas lembram que a exploração do gás, apesar de se mostrar um sucesso econômico e tecnológico nos EUA, tem sido muito questionada pelos riscos e danos ambientais que acarreta e até mesmo põe em xeque os anúncios otimistas do país norte-americano sobre suas reservas internas do óleo.

No mundo inteiro, e até mesmo em alguns estados dos EUA, está havendo uma grande mobilização popular para impedir a extração imediata do produto. Na França e na Bulgária, a extração de xisto está suspensa. Em Nova York, estado que fica ao lado da Pensilvânia, considerado o paraíso do xisto, sua obtenção foi proibida. Na Alemanha, está suspensa, enquanto no Canadá alguns estados proibiram o gás, caso de Ontário. Já a Inglaterra tenta fazer as primeiras perfurações, enquanto a população luta para impedir. Na China ainda há barreiras, inclusive burocráticas, para a regulamentação da extração do produto. A Shell, que tentou diversas maneiras de transformar camadas de xisto betuminoso em petróleo bruto desde 1981, anunciou que a empresa vai encerrar suas operações de pesquisa de xisto de petróleo no Colorado.

Os cientistas advertem que o processo de obtenção de xisto exige grandes volumes de água que retornarão à superfície poluídos por hidrocarbonetos e outros compostos e metais presentes na rocha, assim como pelos próprios aditivos químicos utilizados na extração do gás não convencional. E a purificação e o descarte dos resíduos exigem caríssimas técnicas. “A própria captação desta água pode representar uma forte concorrência com outros usos considerados preferenciais, como, por exemplo, o abastecimento humano”, dizem textualmente a SBPC e a ABC na carta enviada à presidente.

As duas entidades lembram que boa parte das reservas de óleo de xisto da bacia do Paraná, no Brasil, e parte das reservas do norte da Argentina





situam-se logo abaixo do Aquífero Guarani, considerado a maior fonte de água doce de ótima qualidade da América do Sul. "Logo, a exploração do gás de xisto nessas regiões deveria ser avaliada com muita cautela, já que há um potencial risco de contaminação das águas deste aquífero."

O geólogo Aldo Rebouças, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de São Paulo (USP), garante que o Aquífero Guarani é um oceano de água doce no solo do Brasil (que detém 75% do manancial), Argentina, Paraguai e Uruguai. Já haveria, inclusive, gestões da Organização das Nações Unidas (ONU) para transformar em recursos internacionais todos os mananciais de água transfronteiriços do mundo. No Brasil, o Aquífero Guarani é apontado como solução imediata de abastecimento para centenas de cidades do interior de São Paulo.

Fonte: Agência Petroleira de Notícias, com informações do Jornal do Clube de Engenharia, edição n° 535 (outubro/2013).

MINISTÉRIO PÚBLICO CONSEGUE SUSPENDER LEILÃO DE XISTO

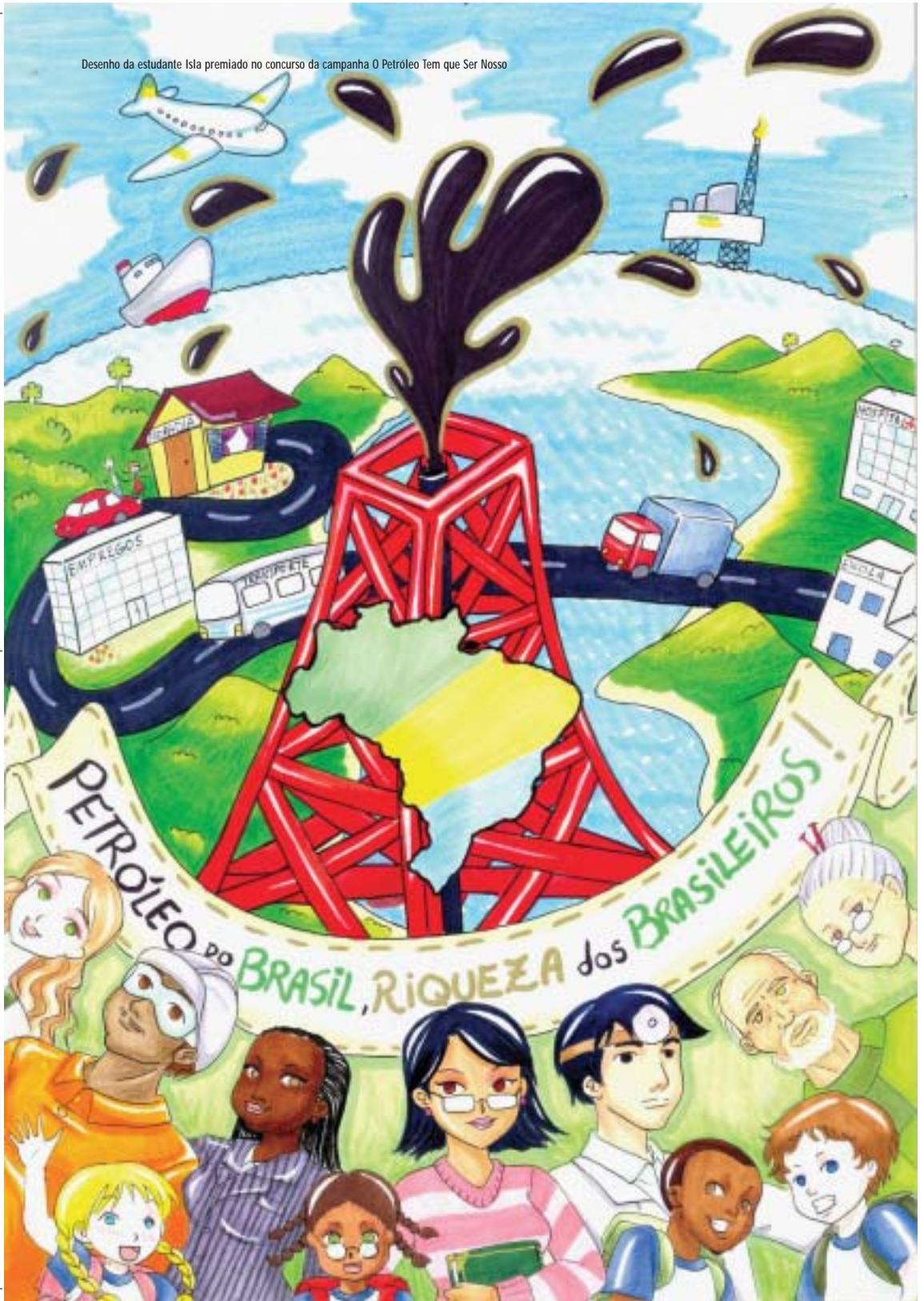
Nota: Em janeiro de 2015, a Justiça Federal de São Paulo determinou a suspensão do leilão de cinco blocos exploratórios na Bacia do Paraná com potencial para extração de gás de xisto, arrematados na 12ª rodada de licitações da ANP. O Ministério Público Federal (MPF), autor da ação, alegou que a licitação trouxe risco sério de dano ambiental. Na decisão, a Justiça também proibiu novas licitações demandem fraturamento hidráulico, enquanto não houver a realização de estudos que demonstrem a viabilidade do uso desta técnica no solo da região. Em 2014, a Justiça Federal do Estado do Paraná já havia suspenso a licitação de outros 11 blocos exploratórios.

STOP Fracking





Desenho da estudante Isla premiado no concurso da campanha O Petróleo Tem que Ser Nosso





A sustentabilidade com o desenvolvimento de energias limpas não pode mais esperar

Cada vez mais a sociedade brasileira e as organizações que constroem a campanha Todo Petróleo Tem que Ser Nosso valorizam o debate ambiental e a necessidade de superar os poluentes combustíveis fósseis. A importância da perspectiva ecológica precisa vir conjugada ao combate da privatização e ao controle público sobre a gestão do Estado. Recentemente o Brasil mudou a legislação do setor petróleo, mas as preocupações sobre o nosso modelo de desenvolvimento e a sobrevivência do planeta não apareceram na discussão. A polêmica sobre a distribuição dos *royalties* (pequena parte da renda do petróleo) tomou conta do país, das ruas e da mídia, mas a questão ecológica não teve espaço, embora os *royalties* sejam apontados por muitos como mecanismo de contrapartida possibilitando investimentos redutores dos impactos ambientais promovidos pela indústria do petróleo. A retomada em 2013 dos privatizantes leilões do petróleo pela presidenta Dilma Rousseff, inclusive com o leilão do campo de Libra na área do pré-sal, também tem





relação direta com a aceleração do ritmo de exploração. Contudo, pouco se pensa se o mundo suportará essa produção desenfreada baseada nos combustíveis fósseis. Esses debates precisam acontecer.

PETROLÍFERAS BOICOTAM PESQUISAS DE ENERGIAS ALTERNATIVAS

Responsáveis por mais de 81% da energia consumida no mundo, os combustíveis fósseis encontram-se perto de seu esgotamento. Os especialistas calculam que, mesmo com novas descobertas do tipo das reservas abaixo da camada do pré-sal, o petróleo e o carvão estarão esgotados nos próximos 40-100 anos. Durante décadas as grandes empresas petrolíferas e países produtores boicotaram quaisquer pesquisas sobre formas alternativas de produção de energia. Entramos no século XXI: pressionados, por um lado, pelo esgotamento da matriz energética hegemônica no mundo; e, por outro, tendo que, rapidamente, substituir esta matriz por outra que interrompa o ciclo de aquecimento do planeta.

SOLUÇÕES COLETIVAS PARA COMBATER O INDIVIDUALISMO

Quando privatiza as cidades, o neoliberalismo impõe soluções e caminhos que favorecem as classes dominantes. Em termos da mobilidade e do deslocamento urbano, isso se materializa na supremacia dos veículos individuais sobre os meios coletivos de transporte. A precariedade do transporte coletivo e público faz com que o carro seja tratado como alternativa principal de deslocamento.

FORTALECER O DEBATE AMBIENTAL E DE MUDANÇA DA MATRIZ ENERGÉTICA

O controle sobre o petróleo é determinante para avançar na transição da atual matriz energética e priorizar a aplicação dos lucros obtidos com a exploração das novas jazidas, na pesquisa e aperfeiçoamento das fontes solares e eólicas, entre outras. Precisamos de um amplo empenho para manter a temperatura da Terra dentro dos limites estabelecidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), evitando consequências ainda mais graves do que as que estão se repetindo ao redor do planeta. Há necessidade de muitos investimentos para os desenvolvimentos tecnológicos necessários e estes recursos podem vir também da exploração do pré-sal. Trazer a questão da matriz energética e das mudanças climáticas para dentro da Campanha Todo Petróleo Tem que





Ser Nosso amplia seu escopo da luta, questiona e responsabiliza o modelo consumista e desperdiçador do capitalismo.

POR UMA PETROBRÁS EFETIVAMENTE PÚBLICA E DEDICADA À PESQUISA DE NOVA MATRIZ ENERGÉTICA

A Petrobrás precisa ser 100% estatal e estar sobre o controle público para que sua atuação seja realmente focada nos interesses do povo trabalhador. A defesa do meio ambiente não interessa às transnacionais petrolíferas nem aos grandes acionistas privados da estatal brasileira. Eles podem até assumir algum verniz ecológico se isso for agregar conceito e valor à imagem da corporação, mas não lhes interessa alterar a estrutura poluidora do negócio e colocar em risco seus lucros. A Petrobrás, em parceria com universidades, centros de pesquisa e institutos de tecnologia públicos, deve se estabelecer como um polo de estudo e desenvolvimento de energias limpas. E é importante destacar que, além da energia eólica e solar, existe um número muito maior de fontes alternativas, como, por exemplo, biomassa (madeira, álcool e biodiesel etc), gás natural, aproveitamento de lixos e esgotos, mare motriz, entre outras possibilidades.

A CAMPANHA DO PETRÓLEO MOBILIZA LUTA REAL POR ENERGIAS LIMPAS

A necessidade de substituição dos poluidores combustíveis fósseis por fontes limpas de energia aparece na cartilha da maioria dos movimentos ambientalistas faz muito tempo. Mas poucos setores e organizações sociais de outras áreas se envolvem nessa briga.

A campanha Todo Petróleo Tem que Ser Nosso reúne estudantes, trabalhadores, sindicalistas, educadores, comunicadores, sem terra, sem teto, partidários, anarquistas, enfim, toda gama de segmentos numa luta que integre, a partir da defesa dos nossos recursos naturais, soberania nacional, consciência ecológica e combate das desigualdades sociais.





Desenho da estudante Magda
premiado no concurso da campanha
O Petróleo Tem que Ser Nosso



Foto: Samuel Tosta

O petróleo, a Petrobrás e a geopolítica: entrevista com Paulo Metri

O ano de 2014 foi marcado por dois acontecimentos que afetam frontalmente a Petrobras, maior e mais importante estatal brasileira. Foram estes a enorme queda no preço do petróleo e a vinda à tona do já antigo cartel e a descoberta do propinoduto que azeitava executivos de empreiteiras, altos funcionários e partidos políticos, atuante desde, no mínimo, a década de 1990.

Chamado de “petrolão” por razões puramente propagandísticas, o que vimos foi o uso indiscriminado deste esquema para explicar todo e qualquer fato negativo que envolvesse a Petrobrás.

Em entrevista ao Blog dos Desenvolvimentistas, o conselheiro do Clube de Engenharia e colunista do Correio da Cidadania, Paulo Metri, traz importantes elementos ao debate. Atento a toda a movimentação nacional e internacional do setor, Metri enxerga uma estratégia geopolítica em torno da baixa no preço do barril, considera que o risco de sanções judiciais influencia nas





ações da estatal e diz, ainda, que os últimos governos – tanto tucanos quanto petistas – erraram em fazer tantos leilões de áreas de reservas petrolíferas e de gás natural.

Este ano ocorreu uma queda substancial no preço do barril de petróleo. Como explicar este fato?

Paulo Metri: Trata-se de uma manobra de países grandes exportadores de petróleo para forçar uma baixa no preço do barril. A pergunta que todos fazem no momento é: “Por que os grandes exportadores estão inundando o mercado mundial de petróleo?” Não se trata da entrada de um novo país exportador querendo colocar seu produto e, assim, induzindo a baixa. Também, petróleo não é um produto com alto grau de elasticidade que, com o barateamento do preço do barril, seu consumo passa a ser maior. Desta forma, os países exportadores não sofrem grande perda nas suas receitas. Por outro lado, a OPEP existe desde os anos 1960 e é um cartel dos grandes exportadores atuando às claras. Ela sabe atuar para segurar o preço do barril a um nível escolhido. Fizeram isto muito bem em 1973 e 1979. Então, restam, como explicações plausíveis para o aumento da oferta mundial de petróleo, que resultou na queda do preço do barril, duas hipóteses: (1) “dumping” promovido para matar a concorrência do óleo e gás de xisto e (2) jogada estratégica para criar grande dificuldade econômica a países com forte concentração da receita do petróleo no total das exportações.

Que países sentem os efeitos dessa baixa?

Metri: Sentem, como efeito positivo, todos os grandes importadores de petróleo do mundo. Por exemplo: Estados Unidos, China, Alemanha, Japão, Índia e França. Inclusive, esta queda no preço do barril deverá ajudar a recuperação da economia mundial. Sentem, como efeito negativo, os exportadores nos quais a receita do petróleo é preponderante no total das exportações. Como exemplo, creio que todos os que compõem a OPEP: Angola, Argélia, Líbia, Nigéria, Venezuela, Equador, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Kuwait e Catar. Além destes, a Rússia, que não é membro da OPEP.

Por que a OPEP está mantendo a superprodução? Que países a bancam? Quem são os beneficiados dessa medida?

Metri: Houve uma reunião recente da OPEP na qual foi decidido, por maioria, que os países continuariam com as cotas de exportação que levaram à





queda do preço do barril. Existia, nesta reunião, uma proposta da Venezuela para reduzir estas cotas de forma a segurar o preço do barril em torno de US\$100. Ela foi derrotada. A informação de quais países da OPEP bancaram esta decisão não é conhecida. Mas, fala-se que foram principalmente os países do Oriente Médio, sob a liderança da Arábia Saudita.

Quanto aos beneficiários desta medida, já foi respondido na pergunta anterior. Uma pergunta que pode ser feita é: “Se os países-membros da OPEP, do Oriente Médio, saem prejudicados também, com menores receitas de exportação, porque eles forçaram a queda do preço do barril?” A única resposta plausível é que se trata de uma jogada geopolítica, envolvendo potências mundiais para aumentar seu poder. E os países do Oriente Médio teriam compensações. Eventualmente, as compensações seriam dadas somente às oligarquias dominantes destes países. Assim, os países alvo, que sairão muito prejudicados desta possível articulação, são Rússia, Irã e Venezuela, “casualmente” países desafetos dos Estados Unidos.

Como ficam a Petrobrás e o pré-sal neste quadro? A exploração do pré-sal permanecerá viável?

Metri: É preciso fazer análises também para valores menores que US\$85/barril. Fala-se até que o barril pode se estabilizar em US\$ 60. A Petrobras, por razões empresariais, não divulga o custo do barril do pré-sal. Entretanto, conhece-se como custo médio o valor de US\$45. Além das condições de cada reservatório, os tributos (*royalties*, participação especial, contribuição para o Fundo Social e outros), dependem se a área foi concedida, cedida onerosamente ou entregue através de contratos de partilha. Então, estes US\$45 podem variar muito. Mas, mesmo para o pior caso, o custo do barril não deve ultrapassar US\$60. Quanto aos campos da Bacia de Campos, o custo médio do barril está em US\$15 e, nesse caso, não existe a mínima preocupação.

Como e em que medida os escândalos da Lava-Jato contribuem com a desvalorização da Petrobrás?

Metri: A desvalorização das ações da Petrobrás é, no meu entendimento, relacionada com a possibilidade dela ter que pagar altas indenizações à Justiça. A dúvida é se o governo brasileiro conseguirá sustar a avalanche de roubos (que a nova diretoria de Governança não vai sustar) e, também, a manipulação de grandes investidores. Um destes investidores, quando compra uma ação da Petrobrás, é porque a perspectiva de lucros futuros e





de crescimento do patrimônio justificará a permanência do dinheiro nela aplicado. E ela, ainda hoje, se sai muito bem nesta avaliação. Os grandes investidores sabem que, quando as massas, sem fazer esta análise, em movimento emocional, passam a vender, é o momento de comprar.

É verdade que a Petrobrás está numa situação financeira dificultosa?

Metri: Está, sim, em uma situação financeira apertada porque os governos FHC, Lula e Dilma já colocaram em leilão mais de mil áreas do território nacional, propícias a terem reservas de petróleo e gás. Foram 12 rodadas da ANP e, graças a um esforço gigantesco da Petrobrás, para não deixar nosso petróleo ser usufruído por petrolíferas estrangeiras, ela arrematou muitas destas áreas. Com as reservas do pré-sal pertencentes à Petrobrás, o país estará abastecido por mais de 50 anos. Então, não havia necessidade de tantos leilões. O país poderia, através da Petrobrás, produzir petróleo para exportação. Mas a exportação só deveria acontecer se o fluxo de caixa da empresa gerasse os recursos necessários para a implantação dos novos campos. Ou seja, a velocidade de leilões e da implantação de campos requerida pela ANP devia se adequar à disponibilidade financeira da Petrobrás. Implícito está que fazer leilão para entregar o petróleo para empresas estrangeiras que irão exportá-lo é o pior dos mundos. Finalmente, registre-se, por tudo que foi explicado, que a corrupção, apesar de gravíssima, não é a causa principal das dificuldades financeiras de curto prazo da Petrobrás.

** Esta entrevista foi feita por Rennan Martins para o Blog dos Desenvolventistas / www.desenvolventistas.com.br (03/01/2015)*



COMPLEMENTO:

Direção Colegiada do Sindipetro-RJ: João Gilberto Martins | **Conselho Fiscal do Sindipetro-RJ:** Laerte Luiz Ferreira | Carlson Magno de Carvalho Barbosa | Arlindo Pereira Anastacio | Rafael Sobreiro Barbosa | Mauro Paes Esteves | Nazareno Luis Maciel Silveira



Esta é uma publicação da Campanha “Todo Petróleo Tem que Ser Nosso”,
editada sob a responsabilidade do Sindipetro-RJ.

Direção Colegiada do Sindipetro-RJ

Coordenação de Administração e Patrimônio:	Tania Lisboa, Levi Figueiredo e Jose Maria
Coordenação de Aposentados, Pensionistas e Previdência:	Roberto Ribeiro e Jorge Rosa
Coordenação de Assuntos Jurídicos:	Celso Alves (Kafu), Reinhold Schopke e Igor Mendes
Coordenação de Finanças:	Francisco Soriano e Fernando Borges Leal
Coordenação Geral:	Emanuel Cancelli e José Carlos Corrêa
Coordenação de Comunicação:	Carlos Augusto Espinheira, Vinicius Camargo, Arthur Ferrari e Paulo Moreira
Coordenação de Plataformas, Estaleiros e Logística Portuária e Aeroportuária:	Hugo Fagundes, Antonio Martins e André Bucaresky (Buca)
Coordenação de Política e Formação Sindical:	Antony Devalle e Aurea de Oliveira
Coordenação de Relações Institucional, Comunitária e de Lutas contra as Opressões: .	Eduardo Henrique e José Alexandre
Coordenação de Saúde, Meio Ambiente, Segurança e Novas Tecnologias:	Brayer Grudka Lira, João Paulo Nascimento e Iurim Caetano
Coordenação de Setor Petroquímico e Afins:	Claiton Coffy, Fabricio Dener e Michel Arruda
Coordenação de Trabalhadores das Empresas Privadas:	Ivan Luis, Antonio Furtado e Helio Cunha
Coordenação dos Trabalhadores das Empresas Terceirizadas:	Lucas Ferreira e Marcos Antonio (Marquinhos)
Coordenação Extraordinária da Campanha “O Petróleo Tem que Ser Nosso”:	Edson Munhoz e Isnard Barrocas
Coordenação Extraordinária de Luta Contra as Opressões:	Natalia Russo e Charles Vieira

Edição e Jornalista Responsável: Rafael Duarte (MTb. 292.12-RJ) | **Revisão:** Fátima Lacerda, Paulo Metri, Vinicius Camargo, José Carlos Corrêa, Edson Munhoz, José Maria Nascimento e Paulo Moreira | **Textos:** Rafael Duarte, Fátima Lacerda, Paulo Metri, Francisco Soriano, Emanuel Cancelli, Vinicius Camargo e Paulo Moreira | **Diagramação e Projeto Gráfico:** Verônica Motta (2485.120.43-RJ) | **Ilustrações:** Luis Claudio ‘Mega’ | **Secretaria:** Ronaldo Martins | **Impressão:** Gráfica MEC | **Tiragem:** 20 mil exemplares – **1ª edição** – Janeiro de 2015

Comitê Rio da Campanha “Todo Petróleo Tem que Ser Nosso”

Sindipetro-RJ: Av. Passos, 34, Centro do Rio de Janeiro, CEP: 20051-040
Correio Eletrônico: sindipetro-rj@sindipetro.org.br
Telefone: (21) 3034-7300 / 2508-8878 / 2253-4210
www.sindipetro.org.br



Produzindo informação alternativa para democratizar a comunicação!

Acompanhe a campanha “Todo Petróleo Tem que Ser Nosso”:

www.apn.org.br | www.tvpetroleira.tv | www.radiopetroleira.org.br

